

## DIÁLOGOS SOBRE TIPO DOCUMENTAL NA PERSPECTIVA DA ARQUIVÍSTICA BRASILEIRA

**Ana Célia Rodrigues<sup>1</sup>**  
anaceliarodrigues@id.uff.br

### Resumo

Aborda a relação da diplomática e a arquivística para a construção do método de identificação da tipologia documental no contexto da identificação arquivística. Apresenta o conceito de espécie e tipo documental como base para a definição da série documental na perspectiva de sua aplicação para a arquivística brasileira.

**Palavras-chave:** Diplomática. Tipologia documental. Identificação arquivística. Tipo documental. Série documental.

Agradeço à Arq-SP o convite para participar desta mesa, e em especial a Profa. Ana Maria Camargo, Ana Célia Navarro e Clarissa Schmidt, em nome das quais cumprimento a toda diretoria da associação e parabênizo pela iniciativa deste Simpósio Internacional de Arquivo. É uma honra compartilhar estas reflexões sobre tipo documental com a nossa querida Antonia Heredia, mestra e fonte de inspiração para os estudos sobre tipologia documental no campo da arquivística brasileira.

Dos anos 80 aos 90, período marcado pelo pleno desenvolvimento da tecnologia, o tema que ocupou o centro dos debates teóricos foi a normalização, período em a administração pública é marcada pelo crescimento da burocracia e pelos avanços da tecnologia aplicados aos processos de trabalho. No âmbito dos arquivos se observa a existência de imensas massas de documentos acumuladas, sem identificação e tratamento adequado, situação que convive, em contraponto, com a introdução da tecnologia, determinante de uma produção documental indiscriminada que demanda planejamento e controle.

<sup>1</sup> Departamento de Ciência da Informação/Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil.

É um momento de buscas pela cientificidade da área, que reflete a preocupação com a formulação de metodologias aplicáveis a qualquer sistema arquivístico, dando ênfase às atividades de pesquisa para a elevação do nível de qualidade e construção da arquivística, enquanto ciência. As pesquisas da área passaram focar o estatuto do documento de arquivo, em busca de parâmetros normalizados para sua identificação, requisito necessário exigido pela gestão de documentos que consolidava no campo da arquivística.

Neste contexto os estudos de gênese documental assumem relevância no debate teórico da área, onde a diplomática ressurgiu revisitada pela arquivística. Uma nova abordagem do uso da metodologia preconizada pela diplomática, bastante difundida na arquivística nacional e internacional, deu origem a um novo campo de estudos, a tipologia documental. Começa a se formar uma nova geração de estudiosos de diplomática que aplicando os princípios teóricos e metodológicos dessa ciência aos documentos de arquivo, estabeleceram um profícuo diálogo entre as áreas, cujos estudos de natureza teórica que vem exercendo profunda influência no fazer arquivístico internacional, contribuindo para a construção teórica em arquivística.

A renovação da diplomática e sua aplicabilidade no campo da arquivística estão representadas pelas teorias formuladas na Itália por Paola Carucci e Luciana Duranti, que desenvolveu estudos no Canadá; na Espanha, por Luiz Nuñez Contreras, Manuel Romero Tallafigo, Vicenta Cortés Alonso e Antonia Heredia Herrera e no Brasil, por Heloisa Liberalli Bellotto, autores cujas idéias vêm contribuindo para a consolidação de uma tradição arquivística brasileira na área, tanto no campo da construção teórica, como na aplicabilidade dos princípios metodológicos da nova diplomática no âmbito dos arquivos.

Nessas reflexões, o elemento inovador resultou no propósito de ampliar o objeto de estudos da disciplina, o documento de natureza estritamente jurídica, e o âmbito da investigação, estendendo-o também a diferentes épocas até então desenvolvido exclusivamente sobre a Europa do período medieval.

A revisão da disciplina realizada por Duranti e as ideias por ela divulgadas para a construção da “diplomática arquivística”, vem nutrindo o debate teórico sobre a

produção de documentos em ambientes eletrônicos, norteando as práticas realizadas em arquivos ao redor do mundo.

A Espanha também se destaca no movimento de renovação teórica da diplomática, produzindo importantes estudos aplicados aos documentos administrativos, preocupados em definir o documento de arquivo e em identificar as partes que o compõem, elencando seus caracteres internos e externos. No âmbito desses debates surge o termo identificação e logo o conceito, para designar as investigações realizadas por grupos de profissionais preocupados com a formulação de metodologias para resolver o problema da acumulação de documentos em arquivos.

No campo da metodologia arquivística, a identificação passa a ser considerada uma fase de pesquisa que tem como objetos de estudos o órgão produtor e seus documentos, processo de reconhecimento se baseia nos parâmetros da diplomática, em sua perspectiva clássica e contemporânea, a tipologia documental e produz conhecimento arquivístico para o planejamento das funções de criação/produção, classificação, avaliação e descrição.

Nessa perspectiva, gostaria de abordar a relação que se estabelece entre a diplomática e a arquivística para a construção do método de identificação da tipologia documental no contexto da identificação arquivística, e os conceitos que o fundamenta, na perspectiva de sua aplicação para a arquivística brasileira.

## **1 AS BASES DO MÉTODO DE IDENTIFICAÇÃO DE TIPOLOGIA DOCUMENTAL**

A Diplomática, para Duranti (1995), é a “disciplina que estuda *o que é*, e *o que vem a ser* o documento; estudo das formas e dos processos de formação dos documentos de arquivo”. Heredia Herrera (1991) destaca que é “referencial teórico-metodológico importante para a identificação dos documentos”.

Tradicionalmente a diplomática tem estudado o documento individual, produto do fato jurídico. O documento diplomático, na abordagem clássica da diplomática é o documento indivíduo, escrito, o qual os diplomatas analisam do ponto de vista da

tradição (grau de transmissão da informação), dos elementos da forma e do processo de elaboração, para se chegar a sua autenticidade no âmbito do sistema jurídico vigente.

Heloisa Bellotto (2004) afirma que os documentos diplomáticos, objeto da diplomática se a disciplina for tomada de forma ortodoxa, são os de natureza jurídica que, refletem no ato escrito às relações políticas, legais, sociais e administrativas entre o Estado e os cidadãos, cujos elementos semânticos são submetidos a fórmulas preestabelecidas.

No sentido moderno da diplomática, os documentos são analisados na direção de seu contexto de produção, nas relações entre as competências, funções e atividades do órgão produtor, razão pela qual apresenta suas profundas relações com a arquivística.

O documento de arquivo é produzido de forma involuntária, criado no decurso de uma atividade. É o resíduo material da ação que lhe dá origem. É a própria ação “autodocumentada”, como define Angelika Menne-Haritz (1998).

A identidade do documento de arquivo se mostra através dos elementos que o integram: sua estrutura e substância. “Será preciso identificar estes elementos que revelarão o perfil do documento, ou melhor, o perfil dos conjuntos documentais. Este conjunto de informações encontradas no documento de arquivo, que refletem o contexto onde foram produzidos, é o somatório dos elementos componentes da estrutura física e do conteúdo (substância) e permite a definição das séries documentais, o objeto da arquivística. Estrutura e substância, não são assuntos (...)”, enfatiza Heloisa Bellotto (1988, p. 68, grifo nosso).

Estão representadas através de regras, que contém elementos intrínsecos e extrínsecos. Estes caracteres são estudados do ponto de vista da diplomática e também da arquivística.

Para a arquivística, o estatuto probatório do documento de arquivo reside na relação estabelecida com o seu produtor, depende desta “natureza contextual”, como afirma Ana Maria Camargo (2003, p. 12). A contextualização deve ser compreendida não apenas na dimensão da busca por uma genealogia do documento, estabelecendo um “padrão de relações de parentesco entre eles, a partir de estruturas organizacionais

e/ou funções”. Esta característica, própria do documento de arquivo, que o distingue de todos os demais documentos, reside no “vínculo natural e necessário que mantém a título de prova, com o produtor/acumulador” (CAMARGO, 2003, p.5).

Antonia Heredia Herrera (1991, p.61) define a diplomática como “a ciência que estuda o documento, sua estrutura, suas cláusulas, para estabelecer as diferentes tipologias e sua gênese dentro das instituições escriturarias a fim de analisar sua autenticidade”. Posiciona a diplomática como ciência auxiliar da arquivística, dizendo que a diplomática é um referencial teórico-metodológico importante para a identificação dos documentos porque “contém em si todas as informações indispensáveis para a análise, portanto os diplomatas não dependem de uma organização prévia do acervo, mas sim a Arquivologia retira desse método de análise fontes para a realização da classificação, da descrição ou da avaliação”.

Nesse sentido, para a autora, o objeto da diplomática continua sendo o documento jurídico e sua finalidade é estabelecer o método crítico de estudo do documento por meio de suas características internas e externas, “para comprovar sua autenticidade, datação, origem, transmissão e fixação do texto para determinar o valor do documento como testemunho histórico, para o qual deve necessariamente ser estabelecida sua tipologia específica”. (HEREDIA HERRERA, 1991, p. 61)

O objeto da arquivística é “muito mais amplo em extensão e em limites cronológicos, não se limita ao documento jurídico, mas alcança e ultrapassa os nossos dias”, ressalta Antonia Heredia (1991, p. 62).

Heloisa Bellotto (2004), comentando as ideias Antonia Heredia (1991), afirma que a autora

chega mesmo a aventar uma certa supremacia da tipologia documental sobre a diplomática, quando o enfoque é a doutrina arquivística. A autora diz ainda que a tipologia, por suas características intrínsecas, atribui maior importância ao procedimento administrativo, privilegiando o conjunto orgânico no qual o documento se situa e não o ‘discurso’ de cada um. (BELLOTTO, 2004, p.53)

Feita esta distinção, aponta que a relação arquivística-diplomática, assim posta nos levará a uma normalização documental necessária nos programas de gestão de documentos, sobretudo quando a “o uso da nova tecnologia informática obriga a um conhecimento profundo dos formulários, das cláusulas e dos dados informativos

essenciais de cada série documental, que delimitados claramente traz a determinação de cada tipologia”. (HERREDIA HERRERA, 1991, p. 61)

Antonia Heredia Herrera (2007) reconhece a independência dos campos de estudo das duas áreas, da tipologia documental e da diplomática, mas destaca a estreita relação estabelecida entre elas que pode ser verificada na influência da formulação da metodologia da tipologia documental a partir dos parâmetros metodológicos da diplomática.

A metodologia aplicada ao tipo documental vem sendo denominada análise documental. Devemos muito a Vicenta Cortés sobre este e outros temas, porque criou um modelo de análise documental partindo do modelo de análise do tipo diplomático, adequando-o às necessidades arquivísticas do momento. Passado o tempo surgem novos conceitos, como o da identificação (...). (HEREDIA HERRERA, 2007, grifo nosso).

Para Vicenta Cortés Alonso (1986a), a “disciplina que permite ler e transcrever corretamente os documentos manuscritos é a Paleografia, a que explica a gênese documental e analisa os caracteres internos e externos é a diplomática e a que se encarrega de estudar os documentos desde o ponto de vista de sua função administrativa, sua conservação, descrição e serviço é a arquivística” (CORTÉS ALONSO, 1986a, p. 01).

Esta arquivista espanhola distingue a análise diplomática deste “estudo arquivístico”, o qual considera um “trabalho de pesquisa arquivística”, cujo objeto é a “documentação contemporânea” e o objetivo é “fixar a tipologia documental produzida e solicitada, para, sem erro, formar as séries documentais dos arquivos (...)” (CORTÉS ALONSO, 1986b, p.419, 429 e 420).

Neste sentido a tipologia documental é um campo de estudos novo, desenvolvido no âmbito da arquivística, definido pela autora como “estudos arquivísticos de análise documental”, onde “se ultrapassam o interesse diplomático e histórico, pois tem uma utilidade para o período ativo dos documentos que nos parece grande e novo, tanto para os arquivistas como para os administradores”, afirma Vicenta Cortés (2005, p. 8). A autora inova ao destacar o processo de análise da tipologia documental como campo de estudos da arquivística, ligando-a aos interesses

da administração, abrindo mais uma perspectiva para a finalidade da análise documental.

O Grupo de Arquivistas Municipais de Madrid, pioneiro na aplicação da metodologia de identificação da tipologia documental para a realização das tarefas arquivísticas, desenvolve um modelo de análise documental para o estudo da tipologia dos documentos dos arquivos municipais, como base de classificação e descrição. O produto desta pesquisa foi registrado no manual de tipologia de documentos, que passou a ser considerado o instrumento típico para esta tarefa.

A partir destes resultados divulgados pelo Grupo de Arquivistas de Madrid, inicia-se um movimento de formação de grupos de trabalhos na área. Outras iniciativas foram surgindo, adaptando o modelo às circunstâncias e especificidades das administrações estudadas.

Começa nesses anos 80, um movimento de construção teórica sobre a identificação de tipologia documental no âmbito da arquivística e alguns autores iniciam uma discussão sobre o momento de desenvolvimento desta tarefa no âmbito do processo documental, cujo processo passou a ser denominado de identificação.

O termo identificação surgiu nesse contexto na Espanha, no âmbito do Grupo Ibero-Americano de Gestão de Documentos Administrativos, coordenado pela Espanha, e do qual participavam Espanha, Brasil, México e Portugal, que o conceito de identificação foi formulado e divulgado por Maria Luiza Conde Villaverde nas Primeiras Jornadas de Metodologia para a Identificação e Avaliação de Fundos Documentais das Administrações Públicas, realizadas em Madrid, em 1991, designando as pesquisas desenvolvidas por grupos de arquivistas preocupados com a formulação de metodologias que solucionassem o problema da acumulação de documentos, questão que se contrapunha ao emergente desafio de implantar programas de gestão documental em países ibero-americanos.

A identificação é um processo arquivístico de natureza intelectual sobre o documento de arquivo e sua ligação ao órgão produtor. Trata-se de uma metodologia de pesquisa que se desenvolve nos parâmetros do rigor científico e fundamenta as funções arquivísticas da classificação, da avaliação e da descrição, servindo também para o próprio planejamento da produção documental. O processo de produção deste

conhecimento implica em reunir informações sobre o documento em seu contexto de produção e descrever os elementos capazes de revelar o vínculo arquivístico, que o une à entidade produtora e aos demais documentos do mesmo conjunto ao qual ele pertence (RODRIGUES, 2008).

No contexto da identificação a etapa de tipologia documental encontra seus fundamentos na abordagem contemporânea da diplomática, revelando as contribuições que esta disciplina tem oferecido para a construção teórica da arquivística.

Este conhecimento foi se disseminando entre os arquivistas de países ibero-americanos, contribuindo para o início da construção de tradições arquivísticas no campo da tipologia documental, contexto em que se insere o Brasil.

## **2 TIPO E TIPOLOGIA DOCUMENTAL PARA A ARQUIVÍSTICA BRASILEIRA**

O método de análise tipológica se tornou conhecido pela arquivística brasileira, a partir dos estudos de Heloisa Bellotto, nos textos publicados primeiramente em 1982 e com novas abordagens em 1990, que são considerados referencial teórico sobre tipologia documental e os conceitos abordados pela autora, foram incorporados à literatura arquivística e à prática desenvolvida nos arquivos do país.

Heloisa Liberalli Bellotto (2004) faz distinção entre o objeto da diplomática clássica e da nova diplomática, a tipologia documental, e seu método de análise, que são complementares para o reconhecimento dos documentos arquivísticos.

Para efeitos de identificação da tipologia documental e seu tratamento técnico, ambos os métodos são necessários por serem complementares. O primeiro, da diplomática clássica, porque através dele se chega a espécie documental; o segundo, porque contextualiza a espécie no âmbito da função que determina sua produção, elemento que será nuclear para a denominação do tipo documental, objeto e campo de estudos da tipologia documental.

Esta autora traz para os estudos diplomáticos, a diferença entre espécie documental e tipo documental, o que não tinha sido abordado antes por outros autores.

A espécie documental é a “configuração que assume o documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas” (ex: requerimento, lei, decreto, portaria), objeto da diplomática e o tipo documental, “a configuração que assume a espécie documental de acordo com a atividade que ela representa” (requerimento de licença de saúde, portaria de nomeação de cargo), objeto da tipologia documental, que dá origem à série documental “sequencia de unidades de um mesmo tipo documental”, conceitos publicados pelo Dicionário de Terminologia Arquivística de São Paulo (1996).

Pode-se afirmar, que “a espécie pode ser tomada isoladamente como expressão diplomática. Se tomada coletivamente, em sua expressão funcional, ela será um tipo”, objeto dos estudos de tipologia documental. A autora define este campo da arquivística como “estudos tipológicos”, cuja finalidade é analisar a “fórmula” (diplomática) somada à atividade que a gerou (tipologia). (BELLOTTO, 2002, p.93)

As metodologias de tratamento documental num e noutro campo são distintas, porém, ao mesmo tempo, imbricadas. O campo de aplicação da Diplomática gira em torno do verídico quanto à estrutura e à finalidade do ato jurídico. Já o da Tipologia gira em torno da relação dos documentos com as atividades institucionais/pessoais (BELLOTTO, 2002, p.21).

Para a arquivística brasileira, a tipologia documental é a ampliação da diplomática no sentido da gênese documental, como destaca Belloto (2000), são estudos complementares, porém com métodos próprios de estudo dos elementos do documento. Os modelos de análise diplomática e análise tipológica são diferentes entre si, uma vez que para a diplomática o grande interesse está no teor documental e para a tipologia está nas inter-relações no interior do conjunto documental.

Então, o objeto da tipologia é a lógica orgânica dos conjuntos documentais. Utiliza-se a mesma construção diplomática para assinalar o registro do que se quer dispor ou do que já foi cumprido sobre a mesma função. Por isso mesmo, a tipologia pode ser chamada de diplomática arquivística ou, melhor ainda, de Diplomática Contemporânea, se se atentar o quanto o objeto e os objetivos de ambas podem ser amalgamados (...) (BELLOTTO, 2002, p.20)

Na diplomática, a análise tipológica parte da espécie. A identificação diplomática de um documento, portanto, independe das características do conjunto. Na arquivística, a análise tipológica parte da proveniência. A análise ou partição diplomática é realizada para efeitos de compreensão do documento do ponto de vista tanto da autenticidade jurídica, quanto da fidedignidade de conteúdo. A análise tipológica é bastante vantajosa para a efetivação das operações técnicas que devem ser aplicadas aos documentos de arquivo (BELLOTTO, 2004, p. 61-63).

Defende-se, para uso na metodologia de identificação arquivística e sua terminologia, a possibilidade de considerar, como antecedente ao tipo (que corresponde a uma atividade administrativa), a espécie documental (que corresponde a uma função administrativa) ou a um formato (representativo deste, mas mais genérico do que o tipo), permitindo uma melhor compreensão da gênese documental e da organicidade arquivística. (BELLOTTO, 2018, p. 446)

Tipo é um termo que significa “modelo, referência”. No campo da arquivística seu uso vem sendo aplicado para designar o modelo conceitual para reconhecer o documento de arquivo, criado como resultado do exercício de uma atividade, o tipo documental, fundamentado o agrupamento das séries documentais.

Esta base conceitual foi aplicada metodologicamente, na área pública nos instrumentos de gestão de documentos do Sistema de Arquivos da USP<sup>1</sup>, do Sistema de Arquivos do Governo do Estado de São Paulo<sup>2</sup>, do Arquivo Público Municipal de Campo Belo<sup>3</sup>, da Prefeitura Municipal de Santos<sup>4</sup> e do Programa de Gestão de Documentos do Governo do Estado do Rio de Janeiro<sup>5</sup>, entre outros, permitindo a normalização de parâmetros para elaborar instrumentos de gestão de documentos e de arquivos.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A diplomática e a arquivística sempre mantiveram um diálogo estreito por compartilharem um objeto em comum, o documento de arquivo. E foi na diplomática que a arquivística encontrou a base para formular seu método de pesquisa para

identificar documentos arquivísticos com base em parâmetros padronizado, conferindo cientificidade às práticas arquivísticas. O procedimento de identificação do tipo documental, tarefa realizada no contexto da identificação arquivística, permite ao arquivista reconhecer as características de seu objeto de estudo, contribuindo para transformar o arquivista em produtor de conhecimento científico.

## REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Concepto de especie documental como antecedente al tipo en la teoría archivística. **Boletín ANABAD**, Madrid, v. LXVIII, n. 3-4, p. 446-455, 2018. (CD-Room)

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Diplomática e tipologia documental. In: **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 45-63.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Documento de arquivo e sociedade. **Ciências x Letras**. Revista da Faculdade Porto Alegrense de Educação, Ciências e Letras, n. 31, p.167-195, 2002.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Tipologia documental em arquivística. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, n. 195, p. 9-17, 1982.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Tipologia documental em arquivos: novas abordagens. **Arquivo de Rio Claro**, Rio Claro, n.1, p.4-15, 1990.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Sobre o valor histórico dos documentos. **Arquivo Rio Claro**, Rio Claro, n.1, p. 11-17, 2003.

CORTÉS ALONSO, Vicenta. Génesis documental. In: **La escritura y lo escrito: paleografía y diplomática de los siglos XVI, XVII y XVIII**. Madrid: Ministerio de Cultura, 1986a.

CORTÉS ALONSO, Vicenta. Nuestro modelo de análisis documental. **Boletín de ANABAD** (Asociación Española de Archiveros, Bibliotecarios, Museólogos y Documentalistas), Madrid, n. 3, p. 419-434, 1986b.

CORTÉS ALONSO, Vicenta. **Nuestro modelo de análisis documental**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2005. (Scripta, 9)

DURANTI, Luciana. **Diplomatica: nuevos usos para una antigua ciencia**. Trad. Manuel Vázquez. Carmona (España): Asociación de Archiveros de Andalucía, 1995b.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Archivística general**; teoría y práctica. 5 ed. Sevilla: Diputación Provincial, 1991.

HEREDIA HERRERA, Antonia. En torno al tipo documental. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/51509>. Acesso em: 07 dez. 2020.

MENNE-HARITZ, Angelika. What can be achieved with archives? In: **The concept of record**: report from the Second Stockholm Conference on Archival Science and the Concept of Record, 30-31 May 1996. Stockholm: Riksarkivet, 1998. p.11-24.

RODRIGUES, Ana Célia & GARCIA, Nádia Dévaki Pena. A FAMS e a política de gestão de documentos para a Prefeitura Municipal de Santos: estudo de caso sobre a elaboração da Tabela de Temporalidade de Documentos da Secretaria Municipal de Economia e Finanças (TTD SEFIN). In: **Anais do XVIII Congresso Brasileiro de Arquivologia**. Rio de Janeiro, RJ: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012.

RODRIGUES, Ana Célia. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27112008-151058/publico/TESE\\_ANA\\_CELIA\\_RODRIGUES.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27112008-151058/publico/TESE_ANA_CELIA_RODRIGUES.pdf). Acesso em: 26 set. 2020.

RODRIGUES, Ana Célia. **Tipologia documental como parâmetro para a gestão de documentos de arquivos: um manual para o Município de Campo Belo, MG**. 2003. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-25042003-181526/publico/tesaAnaCelia.pdf>. Acesso em: 26 set. 2020.

RODRIGUES, Ana Célia. Tipología documental: diálogos entre la archivística y la diplomática para la construcción del método de identificación del documento de archivo. **Boletín ANABAD**, Madrid, v. LXVIII, n 3-4, p. 429-445, 2018. (CD-Room)

## Notas

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www.usp.br/arquivogeral/instrumentos-de-gestao/>. Acesso em: 16 set. 2020.

<sup>2</sup> Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/gestao/sistema/plano>. Acesso em: 16 set. 2020.

<sup>3</sup> Rodrigues, 2003.

<sup>4</sup> Rodrigues & Garcia, 2012

<sup>5</sup> Disponível em: <http://www.aperj.rj.gov.br/instrumentos.htm>. Acesso em: 16 set. 2020.